RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA, sobre a Mensagem (SF) nº 270, de 2009 (nº 1.001, de 9 de dezembro de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com o parágrafo único do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

RELATOR: Senador **OSVALDO SOBRINHO**

I – RELATÓRIO

Por meio da Mensagem (SF) nº 270, de 2009 (nº 1.001, de 9 de dezembro de 2009, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do senhor GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

Nos termos do art. 52, III, *f*, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos que a lei determinar.

Autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, o DNIT é o órgão executor da política de transportes do Governo Federal. É dirigido por um Conselho Administrativo e por sete diretores nomeados pelo Presidente da República.

O parágrafo único do art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, estabelece que os membros da Diretoria do DNIT serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do mencionado dispositivo constitucional. Determina, ademais, que o ocupante desses cargos deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT, ao lado de desfrutar de elevado conceito no campo de suas especialidades.

Nascido em 30 de julho de 1957, na cidade de Ipatinga, Minas Gerais, o senhor GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO graduou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, em Governador Valadares. Desde 1990, ocupa o cargo efetivo de Delegado da Polícia Civil, classe especial, do Estado do Tocantins.

Entre 1995 e 2000, realizou diversos cursos de Pós-Graduação nas áreas de Administração de Recursos Humanos, Ciências Políticas, Estratégia e Inteligência e Administração Pública, em diversas instituições, dentre as quais se destaca a Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, que também lhe concedeu o título de Doutor em Altos Estudos de Política Estratégica.

Esteve em viagem de estudos nos países que compõem o MERCOSUL, em programa da ESG; participou de seminários em Portugal e na Espanha, na qualidade de Presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg); e representou a Infraero no 8º Congresso de Segurança e Inteligência da Aviação Civil, em Sydney, na Austrália.

Atualmente, cursa o Doutorado em Direito Ferroviário da Universidad del Museo Social Argentino, em Buenos Aires.

Sua experiência profissional abrange os seguintes cargos:

- Secretário de Estado da Saúde de Tocantins (Interino), em 1994;
- Secretário-Executivo da Secretaria de Estado da Saúde de Tocantins, entre 1993 e 1994;
- Diretor do Departamento Estadual de Relações de Trabalho da Secretaria de Governo do Tocantins, entre 1992 e 1993;

- Diretor do Departamento de Informática da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (1990);

- Diretor do Departamento de Telecomunicações da Secretaria de Segurança Pública do Tocantins (1991);

- Diretor do Departamento Jurídico da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins (1992);

- Delegado Representante junto à Interpol (2001 a 2002);

- Diretor Implantador e Reconhecedor da Faculdade e Diretor-Geral da União Educacional de Ensino Superior do Médio Tocantins (2004 a 2005);

- Presidente do Instituto Teotônio Vilela, Seção Tocantins (2003/04);

- Assessor do Presidente da Infraero (2006 a 2007);

- Superintendente do Aeroporto de Palmas (2007).

Como professor universitário, lecionou, entre 2002 e 2003, Informática Jurídica e Iniciação à Ciência do Direito na Universidade do Tocantins e Direito Público e Privado na Universidade Federal do Tocantins.

Atualmente, exerce a Coordenação Geral de Patrimônio Ferroviário do Ministério dos Transportes.

Foi distinguido com várias medalhas e condecorações, dentre as quais cito a Medalha de Amigo da Marinha, a Medalha do Mérito Adesguiano (da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra) e a Medalha de Mestre Maçom.

Não constam publicações do indicado.

Passo agora a analisar o cumprimento do disposto no art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Infra-Estrutura.

As informações exigidas pelo inciso I foram prestadas, conforme já detalhado neste relatório.

Para o cumprimento das exigências mencionadas no inciso II foram apresentados os seguintes documentos:

a – declaração do indicado de que seus parentes não têm nem jamais tiveram qualquer tipo de vinculação profissional com o setor de transportes;

b – declaração do indicado de que não participa ou participou de empresas ou entidades não-governamentais, seja como proprietário, sócio ou gerente;

c – declaração de que está em situação regular junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Secretaria da Fazenda do Distrito Federal, conforme certidões obtidas junto a esses órgãos públicos, sendo a primeira negativa e a segunda, positiva com efeito de negativa;

d – declaração do indicado de que não responde a processos criminais e outra relativa a processo de execução fiscal por parte da Fazenda Pública do Distrito Federal; essas declarações são acompanhadas de certidões relativas a ações judiciais em que o indicado é parte, constando uma negativa relativa a ações criminais no âmbito da Justiça do Distrito Federal; uma positiva, mencionando dois processos de execução fiscal por parte da Fazenda Pública do Distrito Federal; e uma negativa da Seção Judiciária do Distrito Federal da Justiça Federal de Primeira Instância;

e – declaração do indicado de que nunca participou de conselho de administração de empresas estatais nem ocupou cargo de direção de agência reguladora.

Na argumentação escrita exigida no inciso III, o indicado ressalta que sua carreira profissional foi dedicada exclusivamente ao serviço público. Lembra que é Bacharel em Direito e professor universitário. Atualmente, é servidor público do Estado do Tocantins, cedido ao Ministério dos Transportes para exercer o cargo de Coordenador Geral do Patrimônio Ferroviário do DNIT.

No cargo ora exercido, participou de diversos encontros com Ministério Público Federal; de palestras e seminários sobre o sistema ferroviário brasileiro; da elaboração de termo de compromisso entre o DNIT e a Agência Nacional de Transportes Terrestres e do Decreto de Reserva Técnica; e da equipe de recebimento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal.

Participou também da elaboração de vários estudos sobre o desenvolvimento das atividades ferroviárias.

Em síntese, as informações contidas no *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 270, de 2009, sugerem que o indicado possui formação e experiência profissional adequadas ao exercício do cargo para o qual foi indicado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e que não pesam contra ele ações ou processos que deponham contra sua conduta moral.

Sendo assim, submetemos à apreciação e ao julgamento desta douta Comissão a indicação do senhor GERALDO LOURENÇO DE SOUZA NETO, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento ao disposto no art. 52, III, *f*, da Constituição Federal combinado com o parágrafo único do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator